

## ESTADO DO CONHECIMENTO: AS POLÍTICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR DOS ÚLTIMOS ANOS

Cádia Carolina Morosetti Ferreira<sup>1</sup>

Viviane Martins Vital Ferraz<sup>2</sup>

Juliana Vaz Paiva<sup>3</sup>

Ronnie Anderson Gauna Ferraz<sup>4</sup>

Rosane Carneiro Sarturi<sup>5</sup>

### RESUMO

O presente estudo está vinculado ao Grupo de Pesquisa ELOS, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Objetivou realizar o estado do conhecimento sobre as políticas de acesso à educação superior dos últimos anos e reconhecer os pressupostos legais das políticas públicas de ações afirmativas que têm sido estudadas por outros autores. Adotou-se a abordagem qualitativa pautado no estado do conhecimento de Morosini (2015; 2021). O período de análise abrange de 2012 a 2022, justificado pela implementação da Lei de Cotas nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Assim, a partir do objetivo proposto, definimos como descritores: “políticas de ações afirmativas da educação superior” + “políticas públicas educacionais sociais” + “políticas de cotas na educação superior”, os bancos pesquisados foram: para teses e dissertações nas Plataformas do IBICT/BDTD e o banco CAPES. Entendemos como bancos e repositórios importantes, pois congregam trabalhos realizados no Brasil, assim como na América Latina. Os resultados da pesquisa revelam que, para alcançar a democratização do acesso à educação superior, é necessário adotar estratégias que vão além do ingresso. O acesso por si só não garante a equidade na aprendizagem nem torna as instituições menos excludentes. A entrada de novos grupos antes excluídos do processo ressaltou a importância da permanência. São necessárias ações contínuas para garantir a permanência desses estudantes, levando em consideração suas especificidades. O objetivo é promover a aprendizagem, a inclusão e a conclusão dos cursos, enfrentando constantemente os desafios que impedem o desenvolvimento de uma educação de qualidade. É importante considerar a importância das políticas de ações afirmativas e o impacto que elas podem ter na promoção da equidade e na superação das desigualdades no acesso à educação superior.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Ações Afirmativas, Ensino superior, acesso e permanência.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa em Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, [cadiacmorosetti@gmail.com](mailto:cadiacmorosetti@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Atualmente, realiza o Estágio Pós-Doutoral pela UFSM, com período sanduíche na Universidade de Valência – Espanha., [vivi.mvferraz@gmail.com](mailto:vivi.mvferraz@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação do Programa em Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, [julianavazpaiva@gmail.com](mailto:julianavazpaiva@gmail.com);

<sup>4</sup> Doutorando em Educação do Programa em Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, [ronnie.agf@gmail.com](mailto:ronnie.agf@gmail.com);

<sup>5</sup> Professora Titular do Departamento de Administração Escolar da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, [rcsarturi@gmail.com](mailto:rcsarturi@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

O Estado do Conhecimento (EC) engloba um conjunto de estudos, pesquisas e descobertas realizados em uma área específica durante um determinado período. Representa o acúmulo de saberes e informações disponíveis, funcionando como alicerces para novas investigações. Exemplos de aplicação dessa metodologia incluem os estudos de Morosini (2006), Morosini e DallaCorte (2018) e Morosini; Khols; Bittencourt (2021).

A produção do conhecimento assume uma importância primordial, sendo o catalisador de novas ideias, o desenvolvimento de teorias e a descoberta de soluções para os desafios enfrentados pela sociedade. O conhecimento gerado propicia avanços em diversas áreas, como ciência, tecnologia, medicina, educação, entre outras.

A relevância da geração de conhecimento, destaca-se especialmente pela a abordagem do EC, transcende os limites ao permear as investigações e estudos já conduzidos ou em desenvolvimento. De acordo com Morosini; Khols; Bittencourt (2021, p. 25) o EC [...] é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.

Neste contexto, iniciamos a apresentação do EC ao introduzir o tema. Por algum tempo, o acesso à Educação Superior era elitista, classista e restrito a grandes centros urbanos. O ingresso por meio de concurso vestibular era excludente. Posteriormente, com a introdução do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e da Lei nº 12.711/12 (BRASIL, 2012), mais conhecida como a “Lei de Cotas”, houve uma mudança significativa. Essas iniciativas, juntas, visam democratizar o ingresso ao Ensino Superior. Sendo assim, este EC tem o objeto de conhecer os estudos realizados sobre as políticas de acesso à educação superior produzidas no Brasil nos últimos anos. Para isso, mapeamos as produções científicas dos últimos anos a fim de: “Realizar o estado do conhecimento sobre as políticas de acesso à educação superior dos últimos anos e reconhecer os pressupostos legais das políticas públicas de ações afirmativas que têm sido estudadas por outros autores”.

Assim, a partir do objetivo proposto, definimos como descritores: “políticas de ações afirmativas da educação superior” + “políticas públicas educacionais sociais” + “políticas de cotas na educação superior”, os bancos pesquisados foram: para teses e dissertações nas Plataformas do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Biblioteca

Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com delimitação temporal de 2012/2022. A partir disso, apresentamos abaixo o Quadro 1 - Primeiros Achados.

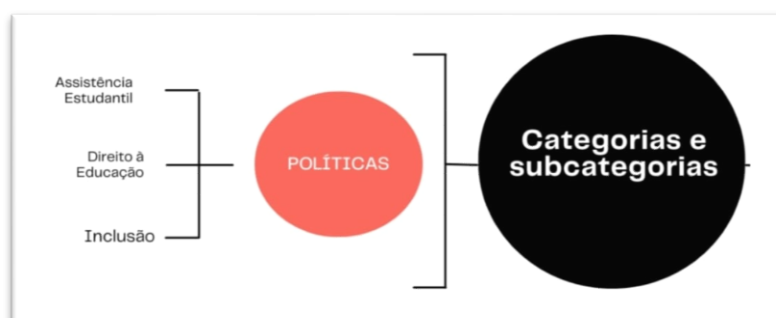
Quadro 1 - Primeiros Achados

DESCRITOR	TÍTULOS ENCONTRADOS	FILTRO	SELECIONADOS	DESCARTE
“Políticas de ações afirmativas da educação superior”	3 Dissertações 1 Tese	2012/2022	1	Fora do escopo desta pesquisa. A partir da leitura do títulos, palavras-chave e resumo.
“Políticas públicas educacionais sociais”	1 Dissertação	2012/2022	-	Fora do escopo desta pesquisa. A partir da leitura do títulos, palavras-chave e resumo.
“Políticas de cotas na educação superior”	2 Dissertações 1 Tese	2012/2022	2	Fora do escopo desta pesquisa. A partir da leitura do títulos, palavras-chave e resumo.

Fonte: Sistematização dos autores (2023)

A busca inicial contou com oito trabalhos. A Bibliografia Anotada permitiu que fosse realizada a leitura flutuante dos resumos e palavras-chave dos trabalhos, fazendo com que fossem excluídos os trabalhos que estavam fora do escopo e do objetivo deste EC, também, como critérios de exclusão, trabalhos repetidos foram excluídos. Após a análise inicial foram selecionados quatro trabalhos que compuseram a Bibliografia Sistematizada, esses trabalhos formam o *corpus* de análise deste EC. Na etapa seguinte, Bibliografia Categorizada, permitiu uma leitura mais aprofundada dos trabalhos no qual foi excluído um trabalho, pois não estava de acordo com o objetivo, ficando ao final três trabalhos, entre teses e dissertações. Permitindo que os trabalhos fossem agrupados por categorias. Com isso, foram construídas categorias e subcategorias de análises, apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Categoria e subcategorias de análise



Fonte: Sistematização dos autores (2023)

Nesta perspectiva, a consulta e a sistematização dos passos do EC realizado a partir do escopo desta pesquisa, buscou embasamento teórico a partir de pesquisas já realizadas no campo científico. Sem dúvida este EC constitui uma importante fonte de pesquisa a qual rompeu com pré-conceitos iniciais que versam o tema das políticas de ações afirmativas no Brasil.

Com as categorias e subcategorias definidas a orientação epistemológica para este EC, apresentamos os escopo da pesquisa, assim como conceitos das categorias para melhor entendimento.

## **AS PUBLICAÇÕES SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Das publicações selecionadas para compor este EC sobre Ações Afirmativas na Educação Superior, baseia-se em: 2 dissertações e 1 tese selecionados. As publicações abrangem o período de 2012 a 2022.

As categorias emergentes a partir das tabelas de Bibliografia anotada e Bibliografia sistematizadas foram:

- Políticas
- Inclusão
- Assistência estudantil
- Direito à educação

A partir das categorias apresentamos a seguir os conceitos epistemológicos destas categorias emergentes da pesquisa.

## **EDUCAÇÃO COMO DIREITO UNIVERSAL**

Ao analisarmos as publicações relacionadas às Políticas e as suas subcategorias emergiram o direito à educação como um direito humano universal, o direito à educação é considerado um direito fundamental por Políticas Públicas nacionais e internacionais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, produzida pela Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948, influenciou a Constituição Federal de vários países, dentre eles a Constituição

Federal de 1988, traz consigo o direito à educação como um direito social. Neste sentido, os três poderes do Estado (executivo, legislativo e judiciário), nos âmbitos municipais, estaduais e da União, devem garantir as condições necessárias para a sua implementação. A partir das políticas, sejam elas políticas públicas ou políticas institucionais, partindo do pressuposto deste EC, cujo contexto é a Educação Superior.

Durante a construção do EC emergiu dentre os trabalhos analisados a Interiorização da Educação Superior/ Interiorização do Ensino Público Federal, os autores Atche (2014), Rosa (2016), trabalharam em suas pesquisas as Políticas Públicas de Ações Afirmativas na Educação Superior. Esses autores tiveram por objetivo abordar o papel da reserva de vagas como implementação das Ações Afirmativas na Educação Superior, bem como discutir as práticas de implantação, implementação e execução dessas Ações Afirmativas, como uma forma de inclusão de pessoas e que antes não tinham acesso a este nível de ensino, possibilitando a formação superior a públicos antes condicionados à situação de exclusão. Com a eleição, em 2002, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve um grande avanço em políticas públicas voltadas à educação superior no país, entre as principais mudanças o Programa Universidade para Todos (PROUNI); Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB); Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); Política de Cotas nas Universidades Federais, também programas como o Ciência sem Fronteiras (CsF), que tiveram continuidade nos governos de Dilma Rousseff, mas com a destituição do cargo em 2016, programas como o CsF foram descontinuados ou foram sendo sucateados pelos governos que sucederam.

Nesse contexto, em razão da democratização da Educação Superior no Brasil, entre elas a expansão/interiorização do Ensino Superior público, impulsionada principalmente pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, criada pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Tal decreto instituiu o REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior, em nível de graduação. Assim como afirma Atche (2014, p. 17) “Somam-se a estes fatores, as peculiaridades regionais e estruturais aflorados pela interiorização e expansão da educação superior pública, a exemplo da UFRB, criada na região do Recôncavo e Vale do Jiquiriçá, com a missão de promover a inclusão social.”.

Considerando a diversidade, as gigantescas contradições sociais, carências das mais diversas e o abandono de determinadas regiões do país, aprofundando ainda mais a exclusão racial e social, heranças de um período colonial e escravista. Por isso, são necessárias ações

contínuas envolvendo o ingresso e a permanência que considerem as especificidades dos sujeitos, tendo como propósito a aprendizagem, a inclusão e a conclusão do curso como aspectos que desafiam, permanentemente, a possibilidade do desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Atche conclui que

[...] a Política de Ações Afirmativas na educação superior, cotas para acesso às universidades públicas, requer, neste novo cenário, a ampliação das ações governamentais numa perspectiva de direito que garanta a permanência dos estudantes cotistas na instituição, diminuindo assim, o risco de evasão, repetência e abandono de curso. O tripé “ensino, pesquisa e extensão”, neste momento, se completa com a atenção aos assuntos estudantis, e as políticas afirmativas.

Torna-se imperativo que iniciativas destinadas à permanência se consolidem como políticas públicas de Estado. Isso implica não apenas no reconhecimento, mas na efetiva implementação dessas ações, a fim de assegurar a continuidade e o êxito de tais medidas.

## **POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E INCLUSÃO**

Partindo da premissa que a missão das Universidades é promover a transformação social por meio da educação, promovendo a formação de profissionais e cidadãos comprometidos com o desenvolvimento da sociedade e do país. Em razão da democratização da Educação Superior no Brasil, foram implementadas diversas Políticas Públicas de Educação.

A educação pode ser comparada a um tecido complexo, no qual cada ponto desempenha um papel fundamental na compreensão do todo. Diversas condições, tais como as socioculturais, socioeconômicas e as relações fundamentadas na produtividade, competitividade e discurso da igualdade de condições, são essenciais para a trama educacional. Ao considerarmos a educação como um bem socialmente produzido, percebemos a interconexão desses elementos na construção do conhecimento e na formação integral dos indivíduos, e “[...] que nas sociedades de classes o acesso a este bem enfrenta restrições impostas pela própria formação histórica” (BONETI, 2013, p. 199).

Na perspectiva de ampliação e democratização do acesso, as estratégias precisam ser efetivadas no todo, pois apenas o acesso não garante condições de equidade frente à aprendizagem e nem torna a instituição menos excludente. O ingresso de novas camadas, antes excluídas do processo, abriu a discussão sobre o desempenho, considerando que a elite detentora de um capital cultural e acesso a bens e serviços continua dominando alguns espaços, principalmente dos cursos de grande prestígio, como medicina, direito, entre outros, relegando

aos cursos de baixa procura a camada população antes excluída do processo e com desvantagens socioeconômicas. Como afirma o estudo na prática, as políticas de democratização, acompanhadas das configurações institucionais condutoras da expansão e reguladoras do acesso, contribuíram para a promoção de uma “política de cotas às avessas” e de um acesso dispensável. Quanto mais se concentram circunstâncias favoráveis no que se refere tanto ao perfil discente quanto ao prestígio do curso, mais evidente a política de cotas reversa. (SÁ, 2022, p. 27). Sendo assim, são necessárias ações contínuas envolvendo a permanência que considerem as especificidades dos sujeitos, tendo como propósito a aprendizagem, a inclusão e a conclusão do curso como aspectos que desafiam, permanentemente, a possibilidade do desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Diante desse cenário, não é estranho o fato de que políticas educacionais voltadas para o acesso e a permanência no ensino público superior, ainda engatinhem na implementação de ações para a inserção da grande “massa” historicamente reprimida em nosso país. Prova disso é que, somente nas últimas duas décadas, tem se verificado, de forma mais intensa, a criação de normativas oficiais para a ampliação do acesso e da permanência estudantil no ensino superior. (ALVES; BRITO, 2021, p.6).

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído através do Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010), que tem por objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades aos estudantes das IFs de Ensino Superior, buscando através de programas que oferecem: auxílio moradia, alimentação, transporte, inclusão digital, e apoio pedagógico, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, na permanência do aluno na instituição e na redução das taxas de evasão. (KRAINSKI, 2013).

Contudo vem mostra-se importante a unificação dos Programas de Assistência Estudantil em forma de Legislação. As políticas de permanência ganham importância significativa diante do contexto de singularidades e desigualdades enfrentadas pela população brasileira. Por outro lado, essas políticas podem ser consideradas "caóticas"<sup>6</sup>, uma vez que as universidades têm autonomia para gerir seus recursos, incluindo os de assistência estudantil. No contexto brasileiro existem dois programas federais de permanência para o Educação Superior, indicando, assim, a necessidade de um programa unificado, sistemático e estruturado.

---

<sup>6</sup> De acordo com o dicionário *online* de Português “Em circunstância de caos; que se pode referir ao caos; confuso ou desordenado: mercado caótico. Disponível em: [Caótico - Dicio, Dicionário Online de Português](#). Acesso em 1 nov. 2023.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso por si só não garante a equidade na aprendizagem nem torna as instituições menos excludentes. A entrada de novos grupos antes excluídos do processo ressaltou a importância da permanência. São necessárias ações contínuas para garantir a permanência desses estudantes, levando em consideração suas especificidades. O objetivo é promover a aprendizagem, a inclusão e a conclusão dos cursos, enfrentando constantemente os desafios que impedem o desenvolvimento de uma educação de qualidade. É importante considerar a importância das políticas de ações afirmativas e o impacto que elas podem ter na promoção da democratização e na superação das desigualdades no acesso à educação superior.

É crucial salientar que outros estudos científicos sobre a mesma temática poderiam ter sido propostos, apresentando escopos e resultados totalmente distintos, o que evidencia a complexidade do processo.

Como ponto central da Bibliografia Propositiva, ressaltamos que, mesmo após 21 anos da implementação da política de cotas nas universidades federais brasileiras - desempenhando um papel fundamental na luta contra as persistentes desigualdades sociais no acesso à Educação Superior de qualidade - ainda é notável a carência de pesquisas sobre a trajetória profissional e pessoal dos egressos cotistas na literatura acadêmica.

As investigações no campo da educação relacionadas às ações afirmativas e cotas continuam a ser limitadas, predominantemente centradas na análise da implementação dessas políticas de reserva de vagas nas universidades. No entanto, é fundamental destacar que as pesquisas que exploram outras perspectivas ainda apresentam lacunas, incluindo a análise do impacto das cotas, o acompanhamento contínuo dos egressos e a avaliação das políticas de ações afirmativas como um todo.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Daniel Cardoso; BRITO; LIMA, Marta Lorena. **Permanência estudantil e autonomia universitária: a questão do SiSU no contexto de uma universidade estadual do interior da Bahia**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas) [online]. 2021, v. 26, n. 01, pp. 24-44. Disponível em: . Epub 16 Abr 2021. ISSN 1982-5765. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000100003>. Acesso em: 19 Agosto 2022.

ATCHE, Ana Cláudia dos Reis. **Política de Ações Afirmativas na Educação Superior: a experiência da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) no período de**



**2006 a 2012.** 143p. il. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

BONETI, Lindomar Wessler. **O silêncio das águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social.** 2 ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.** Acesso eletrônico. Disponível em: BRASIL. Decreto Lei n. 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Lei de Cotas). 2012.

BRASIL. Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. : **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 20 out. 2023.

KRAINSKI, Luiza Bittencourt. **A Política de Cotas na UEPG: em busca da democratização da educação superior.** 2013. 194p. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Priscila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do Conhecimento: teoria e prática.** Curitiba: CRV, 2021.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Revista Educação UFSM**, Santa Maria. v. 40, n. 1, p. 101 - 116, jan./abr. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/cadiaferreira/Downloads/15822-76170-1-PB.pdf> Acesso em: 15 jul. 2021.

MOROSINI, Marília. Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. **Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções.** Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875/12399>. Acesso em: 4 out. 2023.

ROSA, Aline Anjos da. **A Implementação das cotas raciais e sociais na UFGD e sua contribuição para a política de ações afirmativas (2012-2014).** 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

SÁ, Thiago Antônio de Oliveira. **Políticas de democratização do ensino superior e a reprodução de desigualdades sociais: estudo de caso.** - Este artigo é resultado de doutoramento apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Código de Financiamento 001. Educação e Pesquisa [online]. 2022, v. 48. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248248527por>. Acesso em: 19 ago. de 2022.